



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARA

RUA JOÃO DIOGO, 288 - Bairro CAMPINA - CEP 66015902 - Belém - PA

TERMO DE REFERÊNCIA
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
AQUISIÇÃO (exceto TIC)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (definição do objeto)

1.1. Aquisição de **persianas verticais e rolô**, compreendendo o *fornecimento e a instalação*, sob demanda, portanto os quantitativos são meras estimativas. O Tribunal não se obriga a contratar todo o quantitativo descrito na tabela abaixo, durante o período de vigência contratual em conformidade com as condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMA	UNID.	QTD.	PEDIDO MÍNIMO	VALOR UNIT. ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
GRUPO 1	PERSIANAS VERTICAIS (AGRUPAMENTO DOS ITENS 1 A 6)						
1	Persiana Vertical - Baixo Amazonas	482653	m²	50	6 m²	R\$ 347,10	R\$ 17.355,00
2	Persiana Vertical - Nordeste	482653	m²	80	6 m²	R\$ 315,27	R\$ 25.221,60
3	Persiana Vertical - Marajó	482653	m²	50	6 m²	R\$ 382,71	R\$ 19.135,50
4	Persiana Vertical - Sudeste	482653	m²	50	6 m²	R\$ 374,53	R\$ 18.726,50
5	Persiana Vertical - Sudoeste	482653	m²	50	6 m²	R\$ 407,13	R\$ 20.356,50
6	Persiana Vertical - Metropolitana	482653	m²	200	6 m²	R\$ 207,45	R\$ 41.490,00
		TOTAL GRUPO 1: R\$ 142.285,10					
ITEM 7	PERSIANA ROLÔ (ITEM ISOLADO) - TELA SOLAR 1%						
7	Persiana Rolô - Metropolitana	421687	m²	300	6 m²	R\$ 251,61	R\$ 75.483,00
		TOTAL ITEM 7: R\$ 75.483,00					
TOTAL GERAL							R\$ 217.768,10

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar (ETP), apêndice deste TR.

1.3. Os bens objeto desta contratação não se caracterizam como bem de consumo de luxo, conforme o art. 3º, II, da Resolução TSE nº 23.702, de 9 de junho de 2022.

1.4. O objeto será adjudicado de forma **MISTA**, sendo por **MENOR PREÇO GLOBAL DO GRUPO** para o **GRUPO 1** (composto pelos itens 1 a 6) e por **MENOR PREÇO POR ITEM** para o **ITEM 7** (item isolado), conforme definido nos estudos técnicos preliminares.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5.1. O fornecimento é enquadrado como continuado devido à necessidade permanente do órgão de manter as condições de salubridade e eficiência energética das edificações, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar (ETP).

1.6. Em caso de divergência entre as especificações do catálogo de materiais (CATMAT) e as deste Termo de Referência, prevalecerão as últimas.

1.7. A participação na licitação observará as seguintes regras quanto ao enquadramento de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP):

1.7.1. Para o **ITEM 7**, a contratação será exclusiva para ME/EPP, pois o valor estimado é de até R\$ 80.000,00 (LC 123/2006, Art. 48, I).

1.7.2. Para o **GRUPO 1**, a disputa será ampla, uma vez que o valor estimado supera o limite de R\$ 80.000,00, não sendo aplicada a cota reservada para não quebrar a unicidade da responsabilidade técnica e logística, conforme justificativa do ETP.

1.8. O contrato detalha as regras de vigência e cláusulas obrigatórias.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

I) Portaria: 24.352/2025 (2851386)

II) Anexo: III

III) Item: 5

2.3. A aquisição está em conformidade com o Plano de Logística Sustentável (PLS) do órgão, contribuindo diretamente para os seguintes eixos temáticos:

- **Racionalização do Uso de Energia Elétrica:** A instalação de persianas adequadas reduz a incidência térmica nos ambientes, diminuindo a carga de trabalho dos equipamentos de ar-condicionado e promovendo eficiência energética.
- **Qualidade de Vida no Trabalho:** A melhoria do conforto térmico e visual atende às diretrizes de promoção da saúde e bem-estar de servidores e colaboradores.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A solução a ser contratada consiste no fornecimento e instalação de persianas verticais e rolô, abrangendo não apenas a entrega dos bens, mas também todos os serviços e insumos necessários para a sua perfeita utilização, incluindo medição in loco (quando necessário para confirmação), transporte, montagem, instalação, testes de funcionamento e limpeza do local.

3.2. Especificações Técnicas Detalhadas:

3.2.1. Para os ITENS 1 a 6 - PERSIANA VERTICAL:

- Confeccionada em PVC rígido;
- com lâminas curvas de 89 mm e bordas arredondadas, na cor BEGE (o tom da cor bege será aquele aprovado por ocasião da amostra);

- mecanismo de abertura com cordões de nylon no mesmo padrão de cor das lâminas ou na cor BRANCA;
- mecanismo de controle de luminosidade e corrente da base do tipo “bola”;
- trilhos e eixo de alumínio anodizado.

3.2.2. Para o ITEM 7 - PERSIANA ROLÔ - TELA SOLAR 1%:

- Cortinas de funcionamento vertical do tipo “rolô”, confeccionadas em tecido com fator de proteção solar na cor BEGE, acabamento standard ou equivalente. Sistema com tubo em liga de alumínio extrudado, diâmetro aproximado entre 25 e 35mm;
- A transparência do tecido deverá ter fator de abertura 1%;
- A transmissão com filtro de 99% dos raios UV e do calor, proporcionando alta proteção térmica;
- Tecidos estruturados com composição de 25% Fibra de Vidro e 75% PVC, resistentes às chamas, antifungo, antialérgico, atóxico e antichamas;
- Enrolamento padrão: o tecido deve ter as opções de recolhimento para trás e para frente, dependendo da necessidade;
- Frestas laterais com no máximo 15 mm em ambos os lados (sem considerar guia lateral);
- Perfil inferior retangular para guia lateral em liga de alumínio extrudado, pintura eletrostática na cor branca, com canal para fixação do inserte plástico soldado no final do tecido e tampas plásticas com encaixe para cabo de tensão lateral;
- Suporte de fixação que permite o encaixe do dispositivo de acionamento em diferentes posições, permitindo adequar sua posição conforme o local de instalação de forma a melhorar a ergonomia no manuseio da cortina;
- Suportes e parafusos para instalação em aço inoxidável;
- Corrente de acionamento com trava, independente do limite de altura, com baixo ruído. Corrente contínua com esferas plásticas de polietileno em cordão de poliéster na cor BEGE OU BRANCA. Peças e componentes em aço inoxidável;
- Cabo de tensão lateral em fibra sintética resistente e leve, na mesma cor do tecido utilizado com espessura inferior a 1,1mm. A fixação do mesmo é feita nas laterais por meio de peça-canal com trava de segurança por parafuso, que será encaixada em peça fixada no peitoril da janela.

3.3. Condições de Instalação e Execução

3.3.1. A instalação deverá ser realizada por equipe técnica qualificada da CONTRATADA, em dias e horários a serem agendados com a unidade fiscalizadora do TRE-PA.

3.3.2. A fixação deverá ser feita em paredes, tetos ou vãos de janelas, conforme a especificidade de cada local, utilizando buchas e parafusos adequados à estrutura (alvenaria, gesso, madeira, etc.).

3.3.3. A CONTRATADA deverá fornecer todo o ferramental necessário (furadeiras com coletor de pó, escadas, níveis, etc.) e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para seus funcionários.

3.3.4. **Instalação Limpa:** É obrigação da CONTRATADA proteger o mobiliário e equipamentos próximos ao local da instalação e realizar a limpeza completa de resíduos (pó de furação, embalagens, restos de materiais) imediatamente após o serviço.

3.4. Ciclo de Vida e Sustentabilidade:

3.4.1. Os bens ofertados devem possuir ciclo de vida útil estimado de, no mínimo, 05 (cinco) anos, desde que observadas as condições normais de uso e manutenção.

3.4.2. As persianas devem ser constituídas de materiais que permitam a reciclagem ou o descarte ambientalmente adequado ao final de sua vida útil, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

3.4.3. As embalagens deverão ser recolhidas pela CONTRATADA para destinação adequada, vedado o descarte nas lixeiras comuns do órgão.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Sustentabilidade:

4.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, naquilo que couber, que se baseiam na legislação ambiental, notadamente na Lei nº 12.305, de 2010, na Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, no Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, no Plano de Logística Sustentável do TRE/PA e no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Consultoria-Geral da União:

a) Quanto ao Material (Produto):

- **Requisito (Atoxicidade e Durabilidade):** Os tecidos e materiais componentes das persianas devem ser livres de substâncias nocivas à saúde (como chumbo e metais pesados) e possuir baixa emissão de compostos orgânicos voláteis (VOCs). O material deve ser lavável e de fácil higienização, dispensando produtos químicos agressivos.
- **Como Comprovar:** Apresentação de **Ficha Técnica, Catálogo Oficial ou Laudo do Fabricante** que descreva a composição do material (ex: 100% PVC, livres de chumbo) e as instruções de limpeza.
- **Momento da Exigência:** Na fase de **JULGAMENTO DA PROPOSTA** (para verificação da conformidade técnica preliminar) e, caso solicitada, durante a análise da **AMOSTRA**.

b) Quanto às Embalagens e Resíduos (Logística Reversa):

- **Requisito:** Responsabilidade exclusiva da Contratada pelo recolhimento e destinação final ambientalmente adequada de todas as sobras e embalagens (papelão, plásticos), sendo vedado o descarte nas lixeiras do Tribunal (Lei nº 12.305/2010).
- **Como Comprovar:**
 - 1) **Na Licitação:** Declaração expressa na proposta comercial de que a empresa assume a responsabilidade pela logística reversa das embalagens.
 - 2) **Na Execução:** Verificação visual pelo Fiscal do Contrato de que a empresa recolheu todo o resíduo gerado ao final da instalação.
- **Momento da Exigência:** Declaração na fase de **ACEITAÇÃO DA PROPOSTA** e verificação in loco no **RECEBIMENTO PROVISÓRIO**.

c) Quanto à Execução do Serviço (Instalação):

- **Requisito (Instalação Limpa e Ruído):** Uso de métodos que minimizem poeira (ex: furadeiras com coletor) e respeito aos limites de ruído, evitando contaminação de equipamentos e interrupção dos trabalhos.
- **Como Comprovar:** Fiscalização *in loco* durante a prestação dos serviços. O descumprimento sujeita a Contratada à paralisação do serviço para adequação imediata.
- **Momento da Exigência:** Durante a **EXECUÇÃO DO CONTRATO**.

4.2. Margem de Preferência:

4.2.1. Não será aplicada margem de preferência para esta contratação, uma vez que o objeto não se enquadra nos decretos regulamentadores específicos que estabelecem esse benefício para produtos manufaturados e serviços nacionais.

4.3. Indicação de Marcas ou Modelos:

4.3.1. Não haverá indicação de marcas ou modelos específicos.

4.3.2. As referências a marcas eventualmente contidas no Catálogo de Materiais (CATMAT) ou em documentos técnicos servem apenas como parâmetro de qualidade e desempenho, admitindo-se qualquer

outra marca que atenda às especificações técnicas descritas neste Termo de Referência.

4.4. Vedação de Marca/Produto:

4.4.1. Não há vedação de marcas ou produtos para esta contratação.

4.5. Exigência de Amostra (Prova de Conceito):

4.5.1. Após o aceite da proposta quanto ao valor e havendo dúvidas no tocante ao atendimento das especificações técnicas, poderá ser solicitado ao interessado classificado em primeiro lugar catálogo ou documento similar que comprove a conformidade do produto ofertado, devendo o licitante informar o sítio do fabricante;

4.5.2. Inexistindo catálogo ou sendo este insuficiente para análise técnica das especificações do produto, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados, mediante solicitação ao pregoeiro, para prévio agendamento com a unidade técnica.

4.5.3. Poderão ser exigidas amostras dos seguintes itens:

- a) GRUPO 1 - PERSIANA VERTICAL;
- b) ITEM 7 - PERSIANA ROLÔ.

4.5.4. Deverá ser entregue no endereço abaixo uma amostra das paletas de cores no tom BEGE das persianas verticais e paletas dos tecidos de cores BEGE das persianas rolô, para que possa ser confirmada/avaliada a sua correspondência com as especificações do objeto licitado.

4.5.5. As amostras poderão ser entregues no endereço Rua João Diogo, 288. Bairro Campina, CEP 66.015-902, Belém-PA - Seção de Patrimônio - sala 215 do Anexo III], no prazo limite de **30 (trinta) corridos**, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.5.6. É facultada a prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes do fim do prazo.

4.5.7. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.5.8. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

- a) A amostra visa verificar a qualidade do material (PVC/Tecido), a resistência dos componentes mecânicos e a tonalidade da cor (Bege/Padrão).

4.5.9. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.5.10. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.5.11. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.5.12. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 30 (trinta) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.5.13. A amostra aprovada poderá fazer parte do 1º (primeiro) pedido do respectivo material, quando da efetivação da requisição por meio de ordem de fornecimento, devendo ser de qualidade e características idênticas ao aprovado na avaliação.

4.5.14. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu

perfeito manuseio, quando for o caso.

4.6. Carta de Solidariedade:

4.6.1. Não será exigida carta de solidariedade do fabricante, tendo em vista que o objeto é de natureza comum e existe ampla oferta no mercado, não se justificando a restrição à competitividade que tal exigência importaria.

4.7. Subcontratação:

4.7.1. É **vedada** a subcontratação total do objeto.

4.8. Garantia de Execução Contratual (Seguro):

4.8.1. Não será exigida a prestação de garantia de execução contratual (garantia financeira prevista no art. 96 da Lei nº 14.133/2021), considerando a natureza comum do objeto e a avaliação de riscos realizada no Estudo Técnico Preliminar, que não indicou complexidade que justifique o custo financeiro adicional dessa exigência.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Forma de Fornecimento:

5.1.1. O objeto será executado **sob demanda**, conforme as quantidades e locais demandados em cada Ordem de Fornecimento, observadas as condições deste Termo de Referência.

5.2. Prazos de Entrega e Instalação:

5.2.1. O prazo para o fornecimento e a instalação definitiva dos bens, contados a partir da data de recebimento da **Ordem de Fornecimento** pela CONTRATADA, será de:

a) **Até 30 (trinta) dias corridos** para os itens destinados à **Região Metropolitana** (Itens 6 e 7), compreendendo os municípios de Belém, Ananindeua, Marituba e Santa Izabel do Pará;

b) **Até 60 (sessenta) dias corridos** para os itens destinados ao **Interior do Estado** (Itens 1 ao 5 - demais municípios).

5.3. Locais e Condições de Execução:

5.3.1. A execução (entrega e instalação) deverá ser realizada nos endereços das Unidades e Cartórios Eleitorais listados no **ANEXO I** deste Termo de Referência.

5.3.2. **Agendamento Prévio:** A CONTRATADA deverá realizar o agendamento da instalação com antecedência mínima de **48 (quarenta e oito) horas**, contatando os servidores responsáveis por meio dos telefones/e-mails indicados na Ordem de Fornecimento ou na relação de endereços.

5.3.3. **Horário:** Os serviços deverão ser executados em dias úteis, no horário das **08h às 14h**, respeitando o expediente do órgão, salvo autorização expressa e prévia da fiscalização para horários diferenciados.

5.3.4. **Transporte e Logística:** Todas as despesas com transporte, carga, descarga e distribuição horizontal/vertical dos materiais até o local exato da instalação correm à conta e risco da CONTRATADA, não cabendo ao TRE-PA qualquer custo adicional de frete.

5.4. Prorrogação de Prazo:

5.4.1. Caso ocorra algum impedimento para o cumprimento dos prazos estipulados no subitem 5.2, a CONTRATADA deverá formalizar pedido de prorrogação com antecedência mínima de **05 (cinco) dias úteis** antes do término da vigência do prazo de entrega.

5.4.2. O pedido deverá conter as devidas justificativas e comprovações, sendo a aceitação condicionada à análise da Administração quanto à ocorrência de motivos técnicos ou fatos alheios à vontade da empresa (caso fortuito ou força maior), nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/2021.

5.5. Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

5.5.1 O prazo de garantia contratual de todos os itens do certame, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, *12 (doze) meses*, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.5.2 A GARANTIA deverá ser prestada mediante manutenção corretiva durante o prazo acima e deverá ser realizada no local onde estiver localizado o material, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas, a fim de manter os bens em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE;

5.5.3 A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.5.4 A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.5.5 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.5.6 As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.5.7 Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até **30 (trinta) dias corridos**, contados da notificação.

5.5.8 O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.5.9 Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.5.10 Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.5.11 O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.5.12 A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

5.5.13 A CONTRATADA estará sujeita a sanções contratuais caso a manutenção não seja prestada no prazo indicado no subitem anterior.

5.5.14 Caso o produto não possa ser consertado pela assistência técnica autorizada e o defeito apresentado seja por vício do produto, a CONTRATADA será notificada a efetuar a substituição do bem, no prazo máximo de **45 (quarenta e cinco) dias corridos**, contados da notificação recebida.

5.6. Obrigações do contratante e do contratado

5.6.1. O termo de contrato definirá as **obrigações gerais da contratação**, de acordo com o modelo padronizado e disposições normativas.

5.6.2. As condições de execução e obrigações **específicas** do objeto da contratação estão dispostas neste Termo de Referência e seus anexos, notadamente nos tópicos requisitos da contratação, descrição da solução como um todo, modelo de execução do objeto e modelo de gestão do contrato.

6. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

6.1. A presente aquisição não envolve o tratamento de dados pessoais, motivo pelo qual não foram incluídas cláusulas relacionadas.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento ou instrumento equivalente, o órgão poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

7.6.1. Considerando que o objeto deste artefato não se trata de um serviço complexo, **a fiscalização será concentrada num único fiscal (titular/substituto)**, *não sendo necessárias as figuras de gestor, fiscal técnico e fiscal administrativo*.

7.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.7.1. O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

7.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

7.7.3. O fiscal do contrato informará à autoridade superior, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

7.7.3.1. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente à autoridade competente. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

7.7.3.2. O fiscal do contrato comunicará à Coordenadoria de Licitações e Contratos, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

7.8. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº

11.246, de 2022).

7.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal atuará tempestivamente na solução do problema (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

7.9. O fiscal do contrato cuidará da atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

7.9.1. O fiscal do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

7.9.2. O fiscal tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

7.10. O fiscal do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. Recebimento do Objeto

8.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.1.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **5 (cinco) dias úteis**.

8.1.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.1.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do objeto da contratação nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.2. Liquidação

8.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.2.3.1. o prazo de validade;

8.2.3.2. a data da emissão;

8.2.3.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.2.3.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.2.3.5. o valor a pagar; e

8.2.3.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.2.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.2.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.2.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.3. Prazo de pagamento

8.3.1. O pagamento será efetuado a **cada fornecimento realizado**, de forma proporcional aos itens efetivamente entregues e aceitos, no prazo de até **10 (dez) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização. Fica convencionado que a taxa de atualização financeira, devida pela CONTRATANTE, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga; e

I = Índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = (TX/100) / 365$$

$$I = (6/100) / 365$$

$$I = 0,0001644$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

8.4. Forma de pagamento

8.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.4.2. Em caso de apresentação de Nota Fiscal/Fatura contendo código de barras, o pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Fatura, devendo-se observar a emissão do documento pelo valor líquido, não sendo dispensada a indicação do valor bruto e do valor da retenção tributária.

8.4.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.4.4. Das retenções tributárias:

I. Por ocasião do pagamento, serão efetuadas as seguintes retenções:

I.1. Tributos federais (IR, CSLL, PIS e COFINS) previstos no artigo 64 da Lei nº 9.430, de 27.12.96, e [Instrução Normativa RFB nº 1.234](#), de 11.01.12, enquadrando o objeto da contratação no código 6147 (Mercadorias e bens em geral) da Tabela de Retenção do Anexo I da referida Instrução Normativa, exceto quando se tratar de empresa optante pelo simples nacional, hipótese em que deverá ser apresentada, no ato da assinatura do contrato, a declaração prevista no Anexo IV da mesma Instrução Normativa.

II. Para efeito do disposto no tópico I, a empresa deverá destacar no documento fiscal as alíquotas dos tributos e os correspondentes valores, nos termos das respectivas legislações. Em caso de descumprimento desta determinação, a empresa sofrerá a retenção pelas alíquotas máximas previstas.

III. Na hipótese de ocorrer alteração em alguma das normas referenciadas no tópico I, será aplicada a retenção correspondente prevista na legislação em vigor.

8.4.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.4.6. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.4.6.1. Para os fins de comprovação de que trata o item anterior, deverá ser apresentada a declaração de que trata o art. 6º da Instrução Normativa nº 1234/2012, em meio físico ou eletrônico assinado por certificação digital (não será aceito simples cópia digitalizada).

8.4.6.2. No caso de contrato de fornecimento continuado, a declaração será apresentada por ocasião do 1º (primeiro) pagamento, sendo dispensada nos demais. Caso haja a prorrogação do contrato, a declaração deverá ser apresentada novamente no 1º (primeiro) pagamento do novo período de vigência.

8.5. Antecipação de pagamento

8.5.1. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

9. DO REAJUSTE

9.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 06/03/2026.

9.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do CONTRATADO, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

9.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

9.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

9.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

10.1.2. O critério de julgamento será aplicado da seguinte forma, em consonância com o item 1.4 deste Termo de Referência:

a) **Menor Preço Global do Grupo** para o **GRUPO 1**;

b) **Menor Preço por Item** para o **ITEM 7**.

10.2. Exigências de habilitação

10.2.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

10.3. Habilitação jurídica

10.3.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.3.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.3.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.3.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.3.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

10.3.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.3.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

10.3.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.3.9. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

10.3.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.4. Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.4.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.4.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.4.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.4.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.4.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.4.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

10.5. Qualificação Econômico-Financeira

10.5.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

10.5.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

10.6. Qualificação Técnica

10.6.1. Na presente contratação não há exigência de qualificação técnica.

10.7. Da habilitação das cooperativas

10.7.1. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

10.7.1.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

10.7.1.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

10.7.1.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

10.7.1.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

10.7.1.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

10.7.1.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

10.7.1.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 217.768,10 (duzentos e dezessete mil, setecentos e sessenta e oito reais e dez centavos), conforme custos unitários apostos na tabela do tópico 1.1 deste TR.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento ordinário e/ou pleitos da Justiça Eleitoral.

12.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: **COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO**;;

II) Fonte de Recursos: **INVESTIMENTOS**;

III) Programa de Trabalho / PTRES: **167588**;

IV) Elemento de Despesa: **449052**;

V) Plano Interno: **INV MOVEIS / PERMAN**.

12.2. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

13. DO DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

13.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. advertência, exclusivamente pela infração prevista no subitem **13.1**, alínea “a”, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

II. impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Federal direta e indireta, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, pelas infrações previstas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem **13.1**;

III. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, pelas infrações previstas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem **13.1**, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” do referido subitem, quando as respectivas infrações justificarem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida na alínea anterior.

IV. Multa:

1. moratória de 1% (um por cento), por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida (unidade de bem), até o limite de 30 (trinta) dias;
2. moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o máximo de 10% (dez por cento), pela inobservância dos prazos fixados nos itens **5.5.7**, **5.5.14** (reparação ou substituição do bem em garantia) e **8.1.2** (recebimento em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta).
 - 2.1. o atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
3. compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o **valor global do Contrato**, na hipótese de recusa em assinar o **Contrato**;
4. compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o **valor global do Contrato**, na hipótese de recusa em **receber a Ordem de Fornecimento**;
5. compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o **valor global do contrato**, no caso de **inexecução parcial ou total da obrigação** que resulte na rescisão contratual.
6. especial de até 10% (dez por cento) sobre o **valor global do contrato**, no caso de descumprimento de quaisquer obrigações e/ou condições deste Termo de Referência, não previstas nos subitens desta cláusula (13.2)

13.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

13.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
2. as peculiaridades do caso concreto;
3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
4. os danos que dela provierem para o Contratante;
5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

13.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.9. A sanção de **declaração de inidoneidade** é de competência do Presidente do TRE-PA.

13.10. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

13.12. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento licitar e contratar caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.12.1. O recurso de que trata o subitem acima será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.13. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14. AVALIAÇÃO QUANTO À NECESSIDADE DE CLASSIFICAÇÃO DO TR, NOS TERMOS DA LEI Nº 12.527/2011 (OBRIGATÓRIO)

Fundamentação: Art. 13 da IN SEGES 58/22 e 91, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

14.1. Considerando não se tratar de licitação cujas informações nele constantes sejam sensíveis e imprescindíveis à segurança da sociedade e do Estado, não há necessidade de se atribuir qualquer tipo de classificação ao presente documento, nos termos dispostos na Lei nº 12.527/2011.

15. LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS

⇒ Apêndice I - Estudos Técnicos Preliminares.

⇒ Anexo I - Endereços dos Locais de Instalação das Persianas Verticais (grupo 1) e Cortinas Rolô (item 7).

⇒ Anexo II - Modelo de Ordem de Fornecimento (OF)

ANEXO I

ENDEREÇOS DOS LOCAIS DE INSTALAÇÃO DAS PERSIANAS VERTICAIS (GRUPO 1) E CORTINAS ROLÔ (ITEM 7)

Zona/Município	Endereço e Horário de Atendimento	CEP	Telefone	FAX
1 - BELÉM	TV. PIRAJÁ, S/N	66087490	9133468187	913346816
2 - CACHOEIRA DO ARARI	RUA CORONEL GUILHERME FEIO, S/N (ESQ. TRAV. CIPRIANO SANTOS)	68840000	9133468272	913758110
3 - SOURE	6 RUA, SN - ENTRE TRAV. 13 E 14	68870000	9133468112	
4 - CASTANHAL	RUA GILBERTO MENEZES, 35	68740000	9133468146	913721355
4 - PAE SANTA MARIA DO PARÁ	RUA DA ESTRELA, S/N (ENT. XAVIER PACHECO E DR. RAIOL)	68.738000	9133468136	
5 - IGARAPÉ-AÇU	AV. MAGALHÃES BARATA, 2110	68725000	9134411325	913441132
5 - PAE SÃO FRANCISCO DO PARÁ	RUA RICARDO RODRIGUES, 550	68748000	9133468128	913774123
6 - IGARAPÉ-MIRI	RUA DEP. GRACIANO ALMEIDA, N. 10, BAIXA VERDE	68430000	9133468113	913755127
7 - ABAETETUBA	RUA SETE DE SETEMBRO, S/N	68440000	9133468114	913751189
8 - VIGIA	AV. MAGALHÃES BARATA S/N, VILA NOVA.	68780000	9133468115	913731151
9 - CURUÇÁ	RUA BENEDITO DE OLIVEIRA, ESQ. RUA GONÇALO FERREIRA	68750000	9133468116	913722134
10 - MUANÁ	RUA CEL MANOEL IZIDRO DA SILVA, S/N	68825000	9133468285	913494122
11 - SÃO MIGUEL DO GUAMÁ	RUA PADRE SÁTIRO, 231	68660000	9133468117	913346825
11 - PAE IRITUIA	RUA JOAQUIM NEPOMUCENO, S/N	68655000	9133468139	913443113
12 - CAMETÁ	TV. DOM ROMUALDO DE SEIXAS, 513	68400000	9133468149	913781157
13 - BRAGANÇA	RUA DOM PEDRO II, 300	68600000	9133468102	913425308
14 - VISEU	AV. DR. JUSTO CHERMONT, 499, S/N	68620000	9133468277	913429125
15 - BREVES	AV. RIO BRANCO, 439	68800000	9133468176	913783107
16 - AFUÁ	PRAÇA ALBERTINO BARAUNA, S/N	68890000	9633468278	963689134
17 - CHAVES	AV. INDEPENDÊNCIA, 550	68880000	9633468279	963697118
18 - ALTAMIRA	AV. BRIGADEIRO EDUARDO GOMES, S/N, AO LADO DO HEMOPA	68372005	9333468118	933515313
19 - MONTE ALEGRE	RUA RAIMUNDO JOSÉ DA COSTA, S/N	68220000	9333468280	933533315

20 - SANTARÉM	AV. MENDONÇA FURTADO, 2039	68005100	9333468105	933523296
21 - ALENQUER	RUA VISCONDE DO RIO BRANCO, S/N	68200000	9333468434	933526101
22 - ÓBIDOS	AV. DOM FLORIANO, 348	68250000	9333468281	933547207
23 - MARABÁ	AV. VP-03, FOLHA 16, QUADRA 36, LOTE 10.	68508970	9433468145	943322473
24 - CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	RUA DOM SEBASTIÃO THOMAZ, 2994	68540000	9433468171	943421223
25 - CAPANEMA	TV. RUI BARBOSA, 171	68700000	9133468119	913462159
25 - PAE PEIXE-BOI	PEIXE-BOI, CENTRO	68734000	9133468135	
26 - GURUPÁ	AV. SANTO ANTONIO, 1290	68300000	9133468265	913692130
27 - PONTA DE PEDRAS	RODOVIA MANGABEIRA - KM 01	68830000	9133468158	913777111
28 - BELÉM	TV. PIRAJÁ, S/N	66087490	9133468162	913276439
29 - BELÉM	TV. PIRAJÁ, S/N	66087490	9133468179	913346818
30 - BELÉM	TV. ITABORAÍ, 46 CRUZEIRO ICOARACI	66810030	9133468154	913346815
31 - MARACANÃ	RUA CANTÍDIO GUIMARÃES, S/N	68710000	9133468120	913448125
32 - MARAPANIM	RODOVIA PA-318, KM 20, S/N, AO LADO DO ESTÁDIO MUNICIPAL	68760000	9133468121	913723119
33 - NOVA TIMBOTEUA	AV. CHARLES ASSAD - SN, SÃO FRANCISCO	68730000	9133468122	913469121
33 - PAE PRIMAVERA	TV. BARTOLOMEU DOS SANTOS, S/N	68707000	9133468132	913481125
34 - ITAITUBA	PASSAGEM CLODSON BORGES DO VALE, N. 15	68180100	9333468123	933518216
35 - BAIÃO	AV. LEVINDO ROCHA, 136	68465000	9133468283	913795118
35 - PAE MOCAJUBA	RUA MANOEL DE SOUSA FURTADO, S/N	68420000	9133468284	913796183
36 - SANTA ISABEL DO PARÁ	RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 1309	68790000	9133468124	913744216
37 - MOJU	AV. DAS PALMEIRAS, S/N - (AO LADO DO INSS)	68450000	9133468125	913756125
38 - ORIXIMINÁ	RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 1919	68270000	9333468429	933544165
39 - TOMÉ-AÇU	AV. BENIGNO GOES FILHO, S/N	68680000	9133468274	913727114
40 - TUCURUÍ	AV. MICHEL DIB TACHY, S/N - 08 ÀS 13 H.	68459882	9433468126	943787495
41 - OURÉM	RUA HERMENEGILDO ALVES, 220	68640000	9133468150	913467123
42 - PARAGOMINAS	RUA ULISSES GUIMARÃES, S/N	68626380	9133468127	913729353
43 - ANANINDEUA	Cidade Nova II, Trav. WE 13, s/n	67030160	9133468111	913255310
44 - PORTEL	RUA 02 DE FEVEREIRO, SN	68480000	9133468286	913784119
45 - OEIRAS DO PARÁ	RUA GOVERNADOR MAGALHÃES BARATA, 801	68470000	9133468156	913661152
46 - SANTANA DO ARAGUAIA	AV. DR. EDUARDO CELESTINO RODRIGUES, QD 16, Nº 14	68560000	9433468287	943431100
48 - SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA	AV. PRESIDENTE VARGAS, 41 (BEIRA RIO)	68820000	9133468310	913764150
49 - MÃE DO RIO	TV. ALFREDO CHAVES, 630	68675000	9133468260	913444144
50 - CASTANHAL	RUA GILBERTO MENEZES, 35	68740000	9133468200	913721355
50 - PAE SÃO DOMINGOS DO CAPIM	AV. LAURO SODRÉ, S/N	68635000	9134831108	
51 - RONDON DO PARÁ	RUA POUSO ALTO, S/N	68638000	9433468433	943326187
52 - AUGUSTO CORRÊA	TV. ANASTÁCIO DE BRITO, S/N	68610000	9133468130	913482126
53 - SÃO FÉLIX DO XINGU	AV. PIAUÍ, QD 239, LOTE 4	68380000	9433468288	943435161

54 - SENADOR JOSÉ PORFÍRIO	RUA RAIMUNDO UCHOA TENÓRIO, S/N, ENTRE 13 DE MAIO E HENRIQUE DIAS, CENTRO	68360000	9133468159	913556157
55 - ALMEIRIM	ROD. ALMEIRIM/PANAICA, 27, CENTRO	68230000	9333468289	933737125
56 - ITUPIRANGA	RUA ALAGOAS, SN ESQ. COM AV GOIÁS	68580000	9433468131	943333114
57 - SÃO JOÃO DO ARAGUAIA	AV. LUIS LOPES RIBEIRO S/N	68518000	9433468290	943379114
58 - CURIONÓPOLIS	AV. SERGIPE, 110	68523000	9433481330	943348133
59 - REDENÇÃO	RUA MANOEL VICENTE PEREIRA, QUADRA 22, SN	68552760	9433468198	943424195
60 - RIO MARIA	RUA 09, 783	68530000	9434281150	943428115
61 - XINGUARA	VIA GILSON DANTAS, S/N, CENTRO	68555000	9433468175	943426378
62 - SÃO GERALDO DO ARAGUAIA	RUA MAJOR EDSON-QD 63,SETOR 2, ALTO BEC	68570000	9433468291	943331140
64 - SALINÓPOLIS	LOTE 05 - QD 74 - ATRÁS DO HOSPITAL REGIONAL	68721000	9133468133	913423163
65 - BARCARENA	ROD. MOURA CARVALHO, S/N - ESQ. COM A RUA DOZE DE OUTUBRO	68445000	9133468134	913753202
68 - RURÓPOLIS	AV. JUSCELINO KUBITSCHECK, 325	68165000	9333468137	933543112
69 - JACUNDÁ	RUA PINTO SILVA, 194	68590000	9433468138	943345121
70 - CAPITÃO POÇO	TV. FERNANDO GUILHON, S/N.	68650000	9133468152	913468120
72 - ANANINDEUA	Cidade Nova II, Trav. WE 13, s/n	67130440	9133468140	913235081
73 - BELÉM	TV. PIRAJÁ, S/N	66087490	9133468164	913276553
74 - TUCUMÃ	AV. BELÉM, 301	68385000	9433468292	943433146
75 - PARAUAPEBAS	RUA D QD 37 LT 26-27	68515000	9433468101	
76 - BELÉM	TV. PIRAJÁ, S/N	66087490	9133468196	913276423
78 - MARITUBA	RUA DO FIO, 48	67200000	9137961839	
79 - URUARÁ	AV. GOIÁS, LOTE 12, QUADRA 058	68140000	9333468141	933532222
80 - PACAJÁ	RUA INES SOARES, S/N	68485000	9133468142	913798151
81 - GARRAFÃO DO NORTE	TV. AGOSTINHO BRASIL, 885	68665000	9134344183	913434418
82 - PORTO DE MOZ	RUA SIMPLICIANA FARIAS, 1445	68330000	9333468199	933793110
83 - SANTARÉM	AV. MENDONÇA FURTADO, 2039	68005100	9333468107	933523298
84 - DOM ELISEU	RUA GONÇALVES DIAS, S/N	68633000	9433468294	943335152
85 - MEDICILÂNDIA	RUA DOZE DE MAIO, 1.045	68145000	9335311933	933531113
86 - CURRALINHO	RUA MARAMBAI, S/N ENTRE TRAV. MATRIZ E PAULO HENRIQUE. MARAMBAIA	68815000	9133468309	913633131
87 - CONCÓRDIA DO PARÁ	RUA 13 DE MAIO, 483	68685000	9137281642	913728120
88 - LIMOEIRO DO AJURU	RUA NILO FAYAL, 33	68415000	9136361101	
89 - TERRA SANTA	RUA PRUDENTE DE MORAES,1178	68285000	9333468295	933538157
90 - ANAJÁS	TV. DAS FLORES, AV. MAGALHÃES BARATA	68810000	9133468296	913605124
91 - NOVO PROGRESSO	RUA QUATRO DE ABRIL, 791	68193000	9333468153	933528027
92 - PRAINHA	PASSAGEM ANTONIO HUMBERTO DE CASTELO BRANCO, 150, BAIRRO DA PAZ	68130000	9333468297	933534132

93 - TAILÂNDIA	AVENIDA BELÉM, S/N, QUADRA 2-A, LOTE 9-A	68695000	9133468143	913752226
94 - ACARÁ	TV. CEZÁRIO ALVES, 501, ESQUINA COM PA 252 KM 01	68690000	9133468432	913732116
95 - BELÉM	TV. PIRAJÁ, S/N	66015160	9133468167	913346816
96 - BELÉM	TV. PIRAJÁ, S/N	66087490	9133468184	913276245
97 - BELÉM	TV. PIRAJÁ, S/N	66087490	9133468185	913346816
98 - BELÉM	TV. PIRAJÁ, S/N	66015160	9133468170	913276084
99 - MELGAÇO	RUA DOZE DE OUTUBRO, 347	68490000	9133468298	913637136
100 - MARABÁ	AV. VP - 03, FOLHA 16 QUADRA 36 LOTE 10	68511210	9433468110	943323037
101 - NOVO REPARTIMENTO	RUA FILADELFIA, QUADRA 19, LOTE 16	68473000	9433468144	943785113
102 - JACAREACANGA	AV. SANTOS DUMONT, 26	68195000	9333468266	933542117
103 - BREU BRANCO	AV. JUSCELINO KUBITSCHKE, S/N	68488000	9433468201	943786112
104 - SANTARÉM	AV. MENDONÇA FURTADO, 2039	68005100	9333468108	933522341
105 - JURUTI	RUA JOAQUIM GOMES DO AMARAL, 1005	68170000	9333468153	933536168
106 - PARAUAPEBAS	RUA D, QD 37 LT 26 E 27 ENTRE AS RUAS 6 E 8	68515000	9433468104	943346110
BELÉM - SEDE E ANEXOS	RUA JOÃO DIOGO 288, CAMPINA, BELÉM- PA	66015-902	33468750	33468751

ANEXO II
MODELO DE ORDEM DE FORNECIMENTO (OF)

PROCESSO N. ° XXXX

CONTRATO n° XXX

Senhor representante,

A Sociedade Empresária XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XXXXXXXXXXXXX, estabelecida na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CEP: XX.XXX-XX, Tel.: XXXXXXXXXXXXX, E-mail: XXXXX, está autorizada a fornecer o material abaixo relacionado:

Local	Especificação	Largura	Altura	M²	Qtd.	Total M²	Observação (localização)
62ª ZE - São Geraldo do Araguaia	Fornecimento e instalação de persianas	1,10	1,70	1,87	01	1,87	Vão da janela da sala do arquivo
		1,10	1,70	1,87	01	1,87	Vão da janela da sala do arquivo
		1,60	1,70	2,72	01	2,72	Vão da janela do Depósito de urnas
		1,60	1,70	2,72	01	2,72	Vão da janela do Depósito de urnas
		1,60	1,70	2,72	01	2,72	Vão da janela do Depósito de urnas
		Total			05	11,90	

ENDEREÇO E TELEFONE DO LOCAL DA ENTREGA	XXXXXX
RESPONSÁVEIS	Responsável pelo recebimento no local de instalação: XXXXX

Solicito especial atenção, para que seja observada as previsões contidas no Contrato nº XXXX, entre as quais destaco:

- 1) Prazo de entrega e instalação das persianas, após recebimento da presente Ordem de Fornecimento, de até XXXXX dias corridos, conforme item XXXX. alínea X;
- 2) Agendamento da entrega, com no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, conforme item 5.2.1.

XXXXXXXX
Fiscal do Contrato XXXXX



Documento assinado eletronicamente por **IZABEL CRISTINA SILVA LOPES, Chefe de Seção**, em 18/03/2026, às 10:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL OLIVEIRA REIS, Assistente**, em 19/03/2026, às 09:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pa.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2965555** e o código CRC **E1840BE4**.

0012302-50.2025.6.14.8000

2965555v2